

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Brasileiro

CLASS. : 164

DATA : 12 .08 87

PG. : _____

Alceni acha denúncia ridícula e grosseira

O deputado Alceni Guerra (PFL-PR), relator da subcomissão que tratou da questão indígena, disse ontem que o jornal O Estado de S. Paulo, autor da denúncia sobre a existência de uma trma internacional para desnacionalizar as terras indígenas brasileiras, "abriu desmesuradamente suas baterias contra a soberania nacional e a favor de empresas privadas, nacionais e internacionais, interessadas na riqueza do subsolo brasileiro". Para o deputado, a denúncia do jornal é muito grave e pode até impedir que a proposta considerada progressista, abrigada no anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), seja inserida no texto definitivo da nova Constituição brasileira.

"A reação dos constituintes à denúncia foi muito grande" — comentou Alceni — "embora o material publicado seja absolutamente ridículo, uma montagem grosseira de textos, que repete o erro comum tanto à esquerda quanto à direita no Brasil — invocar a interferência internacional em assuntos internos para justificar suas posições". O Deputado, um dos que mais se empenharam na elaboração da proposta

que está no anteprojeto de Constituição (pela qual a exploração de recursos minerais em terras indígenas só poderá ser feita pela União, ouvido o Congresso Nacional, quando não houver o mesmo mineral disponível em outra área) considera ainda que está em jogo, nesta questão o direito à vida de 230 mil índios brasileiros, colocados de um lado da balança, contra, do outro lado, os interesses "de meia-dúzia de empresas que exploram minérios".

Outro constituinte que acha que a denúncia não tem o menor fundamento na realidade é o deputado



Guerra: "mentiras"

José Carlos Sabóia (PMDB-MA), que é antropólogo. Quem está por trás desta denúncia é a visão entreguista das riquezas nacionais, patrocinada por grupos internacionais e nacionais". Engajado no movimento de parlamentares que pretendem levar o assunto à apreciação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, acha que é preciso inclusive "chamar a depor os membros do Conselho de Segurança Nacional, que teriam conhecimento da trama desde 1985 e nunca se pronunciaram a respeito do assunto".

O CSN, segundo Sabóia, tem que esclarecer o alegado envolvimento da ação religiosa com interesses internacionais. Os documentos citados pelo jornal autor da denúncia devem ser apresentados para ser constatada sua veracidade. "A fidedignidade que o jornal alegou existir nos documentos, - reside", na opinião de Sabóia, "unicamente na tradução juramentada que foi feita deles".

José Carlos Sabóia pensa ainda em, além da convocação da Comissão Parlamentar de Inquérito, começar um movimento dentro da Constituinte para esclarecer o assunto.

Já a deputada Raquel

Cândido (PFL-RO), acha que a denúncia "procede". Para ela a ingerência do capitalismo internacional nas questões internas do País se dá, no campo dos assuntos indígenas e do subsolo, "principalmente através da Igreja". A Deputada convoca ainda a imprensa a seguir o exemplo do jornal denunciante, para que esta ingerência seja "identificada e neutralizada". Raquel Cândido está em seu Estado, em contatos com suas bases, mas garante que quando retornar a Brasília deverá se engajar no assunto.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, vai esperar que um estudo, encomendado a assessores e deputados, fique pronto para se pronunciar sobre o assunto. "Esta questão é muito importante e complexa, envolve assuntos de grande gravidade, tanto nacional como internacionalmente". Outros que não quiseram comentar o episódio alegando desconhecer ainda o teor da denúncia são os deputados Octávio Elisio (PMDB-MG) e Euclides Scalco (PMDB-SP), que ainda não puderam se inteirar da íntegra das matérias publicadas pelo O Estado de S. Paulo.